

XI SEUR – V Colóquio Internacional sobre Comércio e Consumo Urbano

PROJETO JOVENS RURAIS EM MOVIMENTO E A INTEGRAÇÃO DE MUNICÍPIOS NO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ

Heloísa Santos Molina Lopes, Universidade Estadual de Minas Gerais, email:
heloisa.molina@gmail.com

RESUMO

Os processos de modernização que atingiram o território brasileiro de forma mais intensa a partir da década de 1970 proporcionaram a definitiva transformação do meio geográfico em meio técnico, científico e informacional. O atendimento às exigências da globalização tecnicizaram o território e alteraram as relações produtivas entre espaços urbanos e rurais e entre municípios. Partindo de uma análise conceitual da política de territórios rurais – implementada no Brasil a partir de 2003 pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário – que definiu a existência de Territórios de Identidade e de Territórios da Cidadania, avançamos para a caracterização da região denominada *Território Centro-Sul do Paraná* para a compreensão da proposta do Projeto Jovens Rurais em Movimento e da busca da inserção da juventude rural nas instâncias de participação social do território. Este trabalho, reflete sobre a efetividade do Projeto Jovens Rurais em Movimento no fortalecimento dos tecidos sócio-organizativos do Território Centro-Sul do Paraná e na ampliação da participação da juventude rural nesta instância regional, que aproxima atores locais e as instâncias do poder público federal, mas possibilitam também a manutenção das estruturas de poder preexistentes, na medida em que a política pública chegou à região como ação vertical, não originária de demandas oriundas de solidariedades locais. Assim, a necessidade de “institucionalizar” as organizações sociais e promover a participação destas organizações e da população nos colegiados territoriais foi o caminho encontrado por este território para buscar a consolidação dos vínculos de horizontalidade entre os municípios da região.

Palavras-chave: Território. Participação social. Juventude rural.

ABSTRACT

Modernization processes that reached the Brazilian territory more intensely from the 1970s provided the decisive transformation of the geographical environment in environment technical, scientific and informational. The attendance the demands of globalization become the territory technified and they altered the productive relationship between urban and rural areas and between municipalities. From a conceptual analysis of policy rural territory - implemented in Brazil in 2003 by the Territorial Development Secretariat of the Ministry of Agrarian Development - that defined the existence of Identity Territories and Territories of Citizenship, advance to characterize the region called *Center Southern of Parana Territory* for understanding the proposal of *Rural Youth in Movement Project* and the pursuit of inclusion of rural youth in instances of social participation of the territory. This work reflects on the effectiveness of *Rural Youth in Movement Project* on strengthening the socio organizational network of Center Southern of Parana Territory and the expansion of rural youth participation in this regional instance, approaching local actors and agencies of the federal government, but also enable the maintenance of existing power structures, as this public policy was

not originated in demands from local solidarities, we came to the area as vertical action. Thus, the need to "institutionalize" social organizations and promote the participation of these organizations and the population in territorial boards was the way found by the territory to seek consolidation of horizontal linkages between municipalities.

Keyword: Territory. Social participation. Rural youth

1 INTRODUÇÃO

Desde 2003 uma política de territórios rurais é implementada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, definindo a existência no Brasil de Territórios de Identidade e de Territórios da Cidadania.

O Território Centro-Sul do Paraná¹ (TCSP), onde se desenvolveu o Projeto Jovens Rurais em Movimento, objeto de reflexão deste artigo, foi reconhecido formalmente pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) como um Território de Identidade no ano de 2005.

Desta forma, o recorte territorial priorizado restringe-se a este território e a este período, ainda que uma análise mais ampla da formação sócio-espacial brasileira, bem como dos processos históricos que a constituíram se faça necessária para a contextualização e compreensão desta nova forma de relação entre os municípios e da construção e reconhecimento desta identidade regional.

2 A MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

O Brasil é marcado de forma ainda significativa por todo um processo exploratório, iniciado na colônia, e viabilizado pela existência e longa permanência do latifúndio, da monocultura e do trabalho escravo, que se mantiveram mesmo com a independência formal do país, graças à ideologia do colonialismo (SODRÉ, 1965). Esta estrutura perversa deixou marcas significativas em seu povo e em seu território.

Os processos de modernização do território brasileiro caracterizaram-se prioritariamente pela subordinação a interesses externos. Assim, até o início do século XX, a estrutura produtiva esteve baseada em um modelo agrário-exportador e na importação de produtos industrializados. Apenas a partir da I e II Guerras Mundiais constatou-se significativo incremento industrial, fortemente calcado na política de substituição de importações.

¹ A coesão social, cultural, as semelhanças ambientais e agrícolas e o baixo Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios são fatores que tornam o Centro-Sul do Paraná um Território reconhecido e apoiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Este apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário deu-se por meio do Programa Nacional de Fortalecimento dos Territórios Rurais – PRONAT, que é coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial e tem por objetivo promover o fortalecimento da gestão social, o fortalecimento das redes sociais de cooperação, a dinamização econômica dos territórios rurais e a articulação das políticas públicas na escala territorial (PRONAT, 2011 – Acessado em 10 de agosto de 2011).

Foi também neste período que os processos tecnológicos desencadeados pela Revolução Industrial passaram a atingir a periferia do mundo capitalista de forma irreversível. Assim, a partir da década de 1940, mas de forma mais intensa a partir da década de 1970, as mudanças das bases técnicas produtivas proporcionaram a definitiva transformação do meio geográfico em meio técnico, científico e informacional (SANTOS, 1996).

Os anos 1960 e 1970 foram marcados pela extrema centralização decorrente do governo militar instaurado com o golpe de 1964. A concentração de poder e o planejamento autoritário estimularam a industrialização, a urbanização e a modernização agrícola, com perspectivas de integração do território nacional, consolidação de um mercado nacional e inserção na dinâmica capitalista, ainda que de forma subordinada, com a sobrevalorização dos setores extrativistas e agropecuários.

A tecnicização do território brasileiro e as exigências da globalização alteraram as relações produtivas. A difusão de novas tecnologias agrícolas proletarizou a agricultura e agravou a contradições sociais no campo, acentuando o êxodo rural (RANGEL, 1986).

Na década de 1990 mulheres e jovens foram segmentos significativamente mais propensos a migração do campo para a cidade. Resultados deste processo são os fenômenos de “masculinização” do meio rural e de “envelhecimento” da população do campo.

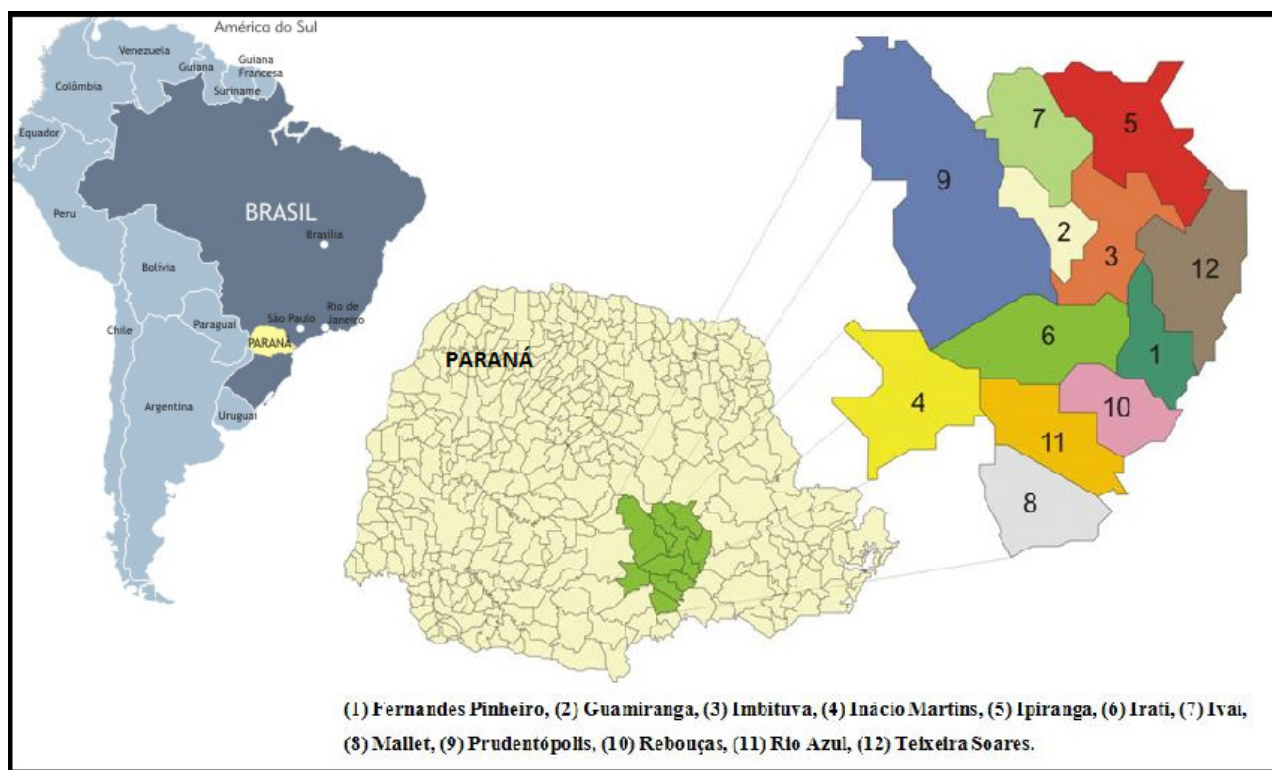
3 O TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ

O Território Centro-Sul do Paraná (TCSP), reconhecido formalmente pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (CEDRAF) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2005, abrange uma área de 9.856,17km², que corresponde a 4,9% da área total do estado (IPARDES, 2007, p. 11). Compreende 12 municípios localizados no Segundo Planalto Paranaense: Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Imbituva, Inácio Martins, Ipiranga, Irati, Ivaí, Mallet, Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul e Teixeira Soares (mapa 1).

Segundo Marcos Roberto Gregolin, Assessor Técnico do TCSP no período 2007-2013, com o intuito de administrar o processo de discussão acerca dos objetivos do Território, foi criado localmente o Conselho Gestor do Território Centro-Sul do Paraná, instância deliberativa, composta por representantes das Instituições Governamentais estaduais e municipais, organizações da sociedade civil (movimento sindical rural, cooperativas de crédito solidário, associações, organizações não governamentais), bem como representantes de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural. O Conselho Gestor do TCSP teria como desafios enfrentar os baixos Índices de Desenvolvimento Humano, as restrições socioeconômicas e estruturais presentes em seus municípios, bem como a dependência de monoculturas exploradoras e degradantes, e em função disso, sempre primou pela união de esforços em prol da discussão e construção de uma nova realidade, digna e favorável, para as

mais de 30 mil famílias de agricultores familiares do Território.

Mapa 1



Fonte: IPARDES e Conselho Gestor do Território Centro-Sul do Paraná.

Tal contexto justifica-se pelos processos históricos que remontam à ocupação da área que corresponde hoje ao estado do Paraná no período colonial e à disputa por territórios entre Portugal e Espanha. A disputa persistiu até o século XVIII, quando esta área, disputada neste período por Brasil, Paraguai e Argentina, foi anexada ao Brasil como parte do estado de São Paulo, do qual seria desmembrado em 1853, embora as disputas territoriais persistissem até o início do século XX, e tenham encontrado termo apenas com a Guerra do Contestado².

A busca e exploração de ouro marcaram a ocupação inicial do estado, mas mostrou-se pouco significativa. Em um segundo momento o tropeirismo estimulou a formação de núcleos populacionais, que mais tarde deram origem a cidades, na rota entre as áreas de produção pecuária no sul do país e a região mineradora no sudeste. Ainda no período colonial, a erva-mate, já utilizada pelos indígenas, passa a ter exploração comercial e a ser beneficiada a partir do século XIX. O século XIX é marcado também pela maior migração de europeus para a região.

² Conflito armado que se estendeu de 1912 a 1916 na região Sul do país. A Guerra do Contestado opôs forças do governo e sertanejos que viviam na região de fronteira entre os estados de Santa Catarina e do Paraná. Teve caráter territorial e messiânico. Estima-se que deixou mais de 10 mil mortos (CPDOC – FGV).

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável caracteriza de forma sucinta e precisa a ocupação da região conhecida como “Paraná Tradicional”, onde está inserido o Território Centro-Sul:

Assim, desde o início de sua formação histórica, a região foi marcada pelo extrativismo e pela pecuária de bases extensivas, conjugada ao povoamento provocado pelas incursões militares e pela ocupação, ao longo do Médio Vale do Rio Iguaçu, dos imigrantes europeus (poloneses, alemães, ucranianos e russos, particularmente) que vieram se instalar nas colônias rurais destinadas aos povos estrangeiros. A colonização da região, caracterizada pelo relevo ondulado e montanhoso e por solos de baixa fertilidade natural, foi baseada na distribuição de pequenos lotes de terra destinados às práticas agrícolas e ao extrativismo vegetal. (BRASIL, PTDRS, 2011, p. 05).

Importante ressaltar que o processo de ocupação do território brasileiro foi bastante lento até o século XIX. Segundo Darcy Ribeiro a população integrada ao “empreendimento colonial” em 1700 era de apenas 2,5 milhões de habitantes, passando por um “incremento prodigioso” ao longo do século XVIII, para atingir em 1800 os 5 milhões de habitantes, número provável de habitantes que o território possuía quando da chegada oficial dos portugueses em 1500 (RIBEIRO, 1995, p.151).

Entretanto, o século XIX foi marcado por um crescimento populacional muito mais acentuado, que se manteve por grande parte do século XX. Em 1900 o Brasil possuía 17,4 milhões de habitantes, em 1920, 30,6 milhões e em 1940, 41,2 milhões. Em 1960 a população superou os 70 milhões, em 1980 ultrapassou os 120 milhões e terminou o século com quase 170 milhões de habitantes (IBGE, Séries Históricas e Estatísticas).

Não apenas a população aumentou, mas também o número de municípios. Enquanto em 1950 o Brasil possuía 1889 municípios, em 1970 este número mais que dobrou, subindo para 3952 municípios, e em 1991 atingiu os 4491 municípios. Além disso, a população, que era predominantemente rural até a década de 1950, na década de 1960 encontrou equilíbrio e passou a ser predominantemente urbana já na década de 1980.

No estado do Paraná esta dinâmica é menos acentuada. Ainda que o número de municípios passe por extraordinário crescimento, saltando de 80 municípios em 1950 para 288 municípios em 1970, a população urbana do estado continuou sendo a mais reduzida da Região Sul, com 36,40% da população vivendo em cidades, enquanto Santa Catarina contava com 43,23% da população urbanizada e Rio Grande do Sul com 53,60% no ano de 1970 (IBGE). Mesmo o Território Centro-Sul do Paraná sendo integrante de uma região de ocupação antiga, um terço de seus municípios foi criado após 1960.

Outro fator importante para a caracterização deste território como território rural é a distribuição da população que, até o Censo Demográfico de 2000, era predominantemente rural (mais de 50%). Desta forma, a distribuição da população mostra-se bem mais equilibrada, apesar do Território ter sofrido queda da população rural entre 2000 e 2010, com a população rural passando de 50,4% para 44,9% (IBGE, 2010), ou seja, uma redução de 5,5% da participação da população rural

sobre a população total em apenas 10 anos. Embora relevante, ao compararmos estes números com os referentes à evolução da população rural do estado (18,6% em 2000 e 14,7% em 2010), constatamos que, embora com queda significativa, continua forte a participação da população rural no TCSP, sendo esta uma especificidade do Território.

Estes dados foram analisados no processo de elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, que concluiu que:

os municípios do Território não sofreram com a mesma intensidade os impactos sócio-econômicos provocados pela modernização agrícola. Ainda que se perceba a presença atual desses sinais, pode-se notar que, pelo menos até o momento, se trata de uma realidade bem distinta de outras regiões do estado em que a população rural sofreu uma brutal redução, levando a um processo de desestruturação da vida comunitária rural” (BRASIL, PTDRS, 2011, p. 09).

A tardia chegada das mudanças de base técnica e produtiva da agricultura a este território fez, por outro lado, com que o Território Centro-Sul do Paraná quando atingido por esta modernização já a encontra-se com formas de cooperação e controle bastante rigidamente estruturadas. É o processo descrito por Ignácio Rangel, que ao analisar a inserção de áreas subdesenvolvidas na dinâmica de modernização da agricultura concluiu que “ao entrarem na rota do desenvolvimento da agricultura, encontram, já amadurecida, uma técnica capaz de assegurar verdadeiros saltos no que diz respeito à produtividade do trabalho” (RANGEL, 2005, p. 173).

Foram estas alterações das bases técnicas que geraram novas relações no campo, como a proletarianização, a quebra do “pacto” entre proprietário e trabalhador da gleba, e a expulsão de famílias, ou alguns de seus membros, do campo.

Ainda assim, em algumas regiões, a agricultura familiar manteve-se como um importante segmento no campo, marcando estas regiões com características sociais e culturais bastante distintas daquelas de áreas intensamente modernizadas:

Nela a ‘hegemonia do projeto global da família’, assentada na figura do pai, prevalece sobre os interesses individuais, ou seja, a unidade familiar está assentada no grupo masculino-adulto. As mulheres e os jovens foram os que mais sofreram o impacto desta característica. Neste sentido os jovens assumem o papel de membro da equipe de trabalho da família, como aprendiz de agricultor. Nesta ótica a juventude rural permanece invisível, não recebendo a atenção das políticas públicas e de seus agentes (CEDEJOR, 2008, p. 03).

Para o Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR), proponente e executor do Projeto Jovens Rurais em Movimento, estas são características importantes também no Território onde desenvolvem suas ações, com a ressalva da atuação diferenciada do Conselho Gestor quanto à necessidade de políticas públicas especialmente voltadas para o segmento da juventude, como explicitado no projeto técnico:

O Território Centro-Sul do Paraná manteve ao longo dos últimos tempos sua principal característica que é a predominância da agricultura familiar, entretanto assumiu a sua co-responsabilidade no desenvolvimento local ao promover ações integradas orientadas pelo Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, coordenado pelo Conselho Gestor do Território. A configuração territorial prevê a atuação de todos os atores sociais em torno da discussão e do enfrentamento dos seus problemas comuns. Neste contexto a juventude rural necessita de uma ação que a torne visível como categoria dentro das juventudes existentes na sociedade e que seja considerada e tratada de acordo com suas particularidades. As ações com jovens rurais não pode ter o caráter “acessório”, ou seja, que venham como apêndice de programas e projetos. Eles necessitam de ações que sejam apoiadas por outros atores sociais e protagonizadas por eles próprios, em especial nas questões de organização e geração de renda (CEDEJOR, 2008, p. 03).

Neste contexto de predisposição ao desenvolvimento de políticas públicas voltadas à juventude rural surgiu o Projeto Jovens Rurais em Movimento.

4 PROJETO JOVENS RURAIS EM MOVIMENTO

O Conselho Gestor do Território Centro-Sul do Paraná, durante o ano de 2007, esteve envolvido na elaboração de seu primeiro Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável. Durante as discussões não apenas as temáticas referentes ao desenvolvimento rural estiveram em pauta, mas também questões correlatas, como a participação popular.

O processo de discussão levou à constatação da necessidade de “fortalecimento do tecido sócio-organizativo³” para suprir a carência de participação de agricultores nos espaços de representação e tomada de decisão existentes no Território, dado que a participação dos agricultores era limitada, o que afetava negativamente o funcionamento dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e o Conselho Gestor do Território.

Neste contexto foram definidas ações específicas para a promoção da participação popular, entre elas a realização de um encontro territorial de juventude. Desta forma, neste mesmo ano, o Conselho Gestor do Território, por meio de instituições que dele fazem parte, realizou o 1º Seminário de Juventude e Desenvolvimento Territorial, no recém inaugurado Centro de Formação de Agentes para o Desenvolvimento e a Construção da Cidadania, localizado em Guamiranga.

Segundo o CEDEJOR, neste evento, “demandas mais específicas foram apontadas pela juventude da região. A forma indicada pelos jovens participantes foi a da discussão das questões juvenis pelos próprios jovens, iniciando no âmbito da comunidade, do município evoluindo para o territorial” (CEDEJOR, 2008, p. 04). Destas demandas surgiu a iniciativa do Projeto Jovens Rurais em Movimento.

³ Segundo o Projeto Técnico do Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural, o “Tecido Sócio-Organizativo – ou tecido social ou capital social - é considerado o principal elemento de agregação de todos os esforços envidados para a promoção do desenvolvimento rural” (CEDEJOR, 2008, p.05).

O Projeto Jovens Rurais em Movimento (PJRM) teve por objetivo central fortalecer o “tecido sócio-organizativo do território Centro-Sul do Paraná através de oficinas de juventude, viagens técnicas e intercâmbios, participação em reuniões municipais e territoriais e da realização do 2º Seminário Territorial de Juventude e Desenvolvimento Territorial” (CEDEJOR, 2008, p. 06).

Três grandes eixos orientaram as ações:

- a. Aumento do tecido sócio-organizativo do Território Centro-Sul do Paraná;
- b. Formação de jovens;
- c. Promoção da participação juvenil.

Nesta perspectiva buscou-se a formação de 12 coletivos de jovens no Território, para o debate de temas relacionados à juventude rural, à geração de renda e ao desenvolvimento territorial. Cada um destes coletivos deveria contar com 20 oficinas que buscassem promover conhecimentos técnicos ligados aos temas relacionados, bem como a ampliação do conhecimento sobre a realidade juvenil brasileira, e ainda promover a participação dos jovens rurais nas instâncias de representação, discussão e tomada de decisão do TCSP.

A formação dos coletivos, com a realização das 240 oficinas tinha como meta a formação de 300 jovens, a elaboração de 30 projetos de geração de renda e a implantação de 15 destes projetos. Metas bastante ousadas para um território que presenciava um aumento significativo da migração campo-cidade, como foi constatado no Censo Demográfico de 2010.

O projeto teve início com oficinas de preparação, oferecidas pela equipe do CEDEJOR em parceria com outras entidades integrantes do Conselho Gestor do Território. Foram voltadas a jovens que já possuíam algum tipo de formação voltada ao desenvolvimento territorial e engajamento em temáticas ligadas ao meio rural, como a agroecologia, produção e comercialização agropecuária, entre outras. Estes jovens foram denominados Agentes de Desenvolvimento Rural, atuavam em duplas, como responsáveis pela articulação dos coletivos e organização das oficinas. Além disso, possuíam ajuda de custo para despesas com alimentação e transporte, como forma de garantir a continuidade das atividades de participação que já realizavam em seus municípios e possibilitar o fortalecimento de relações entre os municípios integrantes do TCSP.

A partir da organização dos coletivos juvenis as oficinas começaram a ser desenvolvidas, respeitando as temáticas articuladas em dois eixos, “discussão de questões de juventude” e “técnicas, gerenciamento e opções de geração de renda”. Cada eixo contava com 10 oficinas, como mostra o quadro abaixo, reproduzido do projeto técnico:

Eixos	
1º eixo: Discussão de questões de juventude	2º eixo: Técnicas, gerenciamento e opções de geração de renda
Jovem e o ambiente rural	A propriedade rural
O jovem e a jovem – questões de gênero na área rural	Agricultura familiar
Cidadania, participação e protagonismo juvenil	Princípios de agroecologia
Formas de expressão das demandas dos jovens – cultura	Princípios, processos e técnicas de agroecologia
O jovem e o mundo do trabalho	Agroflorestas
Empreendedorismo cívico e produtivo, associativismo e cooperativismo	Gestão da propriedade
Ética e valores	Opções de geração de renda
Relações familiares, geração de renda do jovem e sucessão da propriedade rural	Planejamento rural e Projetos rurais
Metodologias de Educação Popular	Mercado de produtos agrícolas
Autogestão de coletivos juvenis	Programas governamentais

Fonte: CEDEJOR, 2008, pp. 09-10.

O projeto previa ainda a realização de viagens técnicas para o conhecimento de experiências de produção, organização e comercialização agrícola; intercâmbios para o conhecimento de diferentes realidades e contato com jovens de outras regiões e intercâmbios técnicos para jovens que elaborassem e desenvolvessem projetos de geração de renda. Por fim, previa a realização do 2º Seminário Territorial de Juventude e Desenvolvimento Territorial, com foco na temática “geração de renda”, com a presença dos coletivos articulados nos diferentes municípios do Território.

Segundo relatório apresentado pelo Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural ao Conselho Gestor do Território Centro-Sul do Paraná em plenária realizada em 26 de março de 2013, no município de Irati e disponibilizado pela coordenadora pedagógica da instituição⁴, todos os objetivos previstos no Projeto Técnico foram atingidos, sendo alguns superados.

Foram realizadas 04 oficinas de preparação para os Agentes de Desenvolvimento Rural e 04 oficinas de avaliação e planejamento. Os coletivos juvenis foram estruturados e realizadas 299 oficinas, 59 a mais do que as metas estipulavam inicialmente. Visitas técnicas para o conhecimento de experiências somaram 25 viagens, os 03 intercâmbios coletivos foram realizados com êxito e os intercâmbios individuais, destinados a jovens que elaboravam projetos de geração de renda, foram 45. Esta última informação oferece referência quanto aos projetos elaborados (a meta era a elaboração de 30 projetos e implantação de 15 deles), mas não quanto aos projetos implantados, aos quais não há referência no relatório.

⁴ Cristiane Tabarro, coordenadora pedagógica do Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural – núcleo Centro-Sul do Paraná, via correio eletrônico.

Em junho de 2012, Cristiane Tabarro, coordenadora pedagógica do CEDEJOR, avaliava o projeto como positivo, mas ressaltava a necessidade de continuidade do mesmo, pois apesar das metas previstas terem sido alcançadas o protagonismo juvenil almejado com o projeto mostrava-se aquém do esperado.

Em contato com alguns jovens que atuaram como Agentes de Desenvolvimento Rural a avaliação sobre o projeto é extremamente positiva. Foi possível buscar contato apenas com uma parcela dos jovens que elaboraram projetos de geração de renda. Destes, somente três responderam ao contato. Apesar de terem elaborado projetos de geração de renda, somente um conseguiu implantá-lo, ainda que todos tenham relatado que outros jovens implantaram o projeto. Os dois que não implantaram o projeto elaborado naquele momento afirmam terem encontrado “novos caminhos” depois do projeto e relatam dificuldades relacionadas ao acesso à terra.

Ainda que o enfoque produtivo, ligado à geração de renda, tenha grande apelo no projeto, os relatos dos jovens que participaram do projeto centram-se no desenvolvimento humano e no envolvimento social proporcionado pela experiência.

O Projeto Jovens Rurais em Movimento foi selecionado pelo 2º Salão Nacional dos Territórios Rurais, realizado em Brasília em março de 2010, como uma das “boas práticas que afirmam o protagonismo dos atores sociais”, ressaltando seu papel de viabilização da permanência do jovem no campo.

Para Marcos Roberto Gregolin, que atuou como assessor do TCSP e desenvolveu pesquisa relacionada a aplicação de recursos do PRONAT⁵

o projeto Jovens Rurais em Movimento foi pioneiro, ousado, pois se propôs a trabalhar com uma temática abandonada pela maior parte das instituições que compunham o conselho gestor. O pioneirismo não se refere apenas ao seu caráter inovador perante o Território Centro Sul, mas também aos projetos apresentados por todos os territórios do Paraná. Sempre acompanhei as deliberações do CEDRAF sobre os projetos e não me recorde de algum projeto de custeio que trabalhasse com mobilização e fortalecimento da juventude ser deliberado nos territórios do estado do Paraná. A juventude foi alvo de ação da igreja católica por muito tempo, contudo atualmente os grupos de jovens formados no passado estavam desmobilizados, desanimados, sem motivação para existir, isso se constatava na cidade, pensa como estavam os do meio rural! Foi muito marcante para mim o depoimento de um jovem rural, dando conta de que o grupo deles era visto apenas como mão de obra para festas da comunidade, e que quando eles queriam uma sala de catequese emprestada para fazer uma reunião a mesma era negada. O projeto mobilizou a juventude e deu mais visibilidade para estes grupos, e acredito que posso ressaltar a realização do seminário territorial de juventude rural em Rebouças e do acampamento nacional de jovens rurais realizado em Prudentópolis. Estes eventos proporcionaram a troca de experiência entre os diversos grupos de jovens acompanhados no território (entrevista realizada por telefone em 21 de agosto de 2014 – texto revisado e aprovado pelo entrevistado).

Mesmo com todas estas avaliações positivas, o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do TCSP, realizado em 2011, ressalta a fragilidade da participação dos agricultores nas

⁵ Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (GREGOLIN et alli, 2013).

instâncias de participação e deliberação municipais e territoriais, o que indica que o sucesso do projeto foi apenas parcial.

Os processos de participação social em uma instância supramunicipal – como o Território de Identidade – que não se caracteriza como ente da federação, por um lado aproxima atores locais e as instâncias do poder público federal, mas, por outro lado, possibilitam também a manutenção das estruturas de poder preexistentes na região, na medida em que o PRONAT chegou a esta região como política pública demandada por setores garantidores de projetos hegemônicos locais, com participação do poder público mais efetiva que a dos demais setores, caracterizando-a como uma ação vertical. Assim, a necessidade de “institucionalizar” as organizações sociais e promover a participação destas organizações e da população nos colegiados territoriais foi o caminho encontrado por este território para buscar a consolidação dos vínculos de horizontalidade regional.

No entanto, para Milton Santos, verticalidades e horizontalidades se dão em contraposição umas às outras. As horizontalidades caracterizam-se pelos laços de contigüidade, formando zonas contínuas (SANTOS, 2000). Seriam o espaço de todos, o espaço banal. Ainda segundo SANTOS (2000), enquanto as horizontalidades garantem o funcionamento da lógica local, as verticalidades asseguram o funcionamento da lógica global da sociedade, da economia e do espaço, na medida em que organizam as redes que permitem a hegemonia do grande capital. Desta forma, a conciliação entre lógicas verticais e horizontais no âmbito da participação social na perspectiva territorial mostra-se também impregnada por contradições.

Em 08 de janeiro de 2015 o Projeto Jovens Rurais em Movimento foi selecionado pela Plataforma de Boas Práticas para o Desenvolvimento Sustentável da Unidade de Coordenação de Projetos da FAO/ONU para a região sul do Brasil, na temática Inclusão Sócio-Produtiva. Disponível em <http://www.boaspraticas.org.br/index.php/pt/areas-tematicas/inclusao-socio-produtiva/234-jovens-rurais-em-movimento-pt-2>.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território Centro-Sul do Paraná**. 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território Centro-Sul do Paraná**. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Gestor do Território Centro-Sul do Paraná. <<http://centrosuldopr.blogspot.com.br/2011/07/blog-post.html>>. Acessado em 24/11/2014.

CEDEJOR – Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural. **Projeto Técnico Jovens Rurais em Movimento**. Guamiranga, 2008.

FAJARDO, Sergio. *Aspectos da ocupação, da transformação da estrutura produtiva e das transformações da paisagem rural no território paranaense*. **Revista Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v.7, n.20, p. 89-101, fev/2007.

CPDOC – FGV. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Fundação Getúlio Vargas. <<http://cpdoc.fgv.br/contestado>>. Acessado em 24/11/2014.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969 [nona edição].

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo, Editora Círculo do Livro, 1974.

GREGOLIN, Marcos Roberto *et alli*. *Análise da aplicação dos recursos do “Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais” no Centro Sul do Paraná*. In **Anais da 2ª Jornada Questão Agrária e Desenvolvimento – Projetos sociais e políticas públicas em disputa**. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013.

IANNI, Octávio. **Colonização e Contra-Reforma Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

IBGE. Censos Demográficos. 1950 a 2010.

IBGE. Séries Históricas e Estatísticas. 1872 a 2010.

PARANÁ. IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Diagnóstico Socioeconômico do Território Centro-Sul. Curitiba: IPARDES, 2007.

PARANÁ. IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. <http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=1>. Acessado em 24/11/2014.

PRONAT – MDA. Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – Ministério do Desenvolvimento Agrário. Acessado em 10 de agosto de 2011.

RANGEL, Ignácio. **Economia: Milagre e Anti-Milagre**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1986 (23ª edição).

RANGEL, Ignácio. *A questão agrária brasileira: 1957-1986*. In STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil - O debate tradicional: 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996 [Edusp, 2002].

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A Ideologia do Colonialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.